v7.n8.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

MERCADOS INSTITUCIONAIS E EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS: O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO CONTEXTO DO NORDESTE PARAENSE

INSTITUTIONAL MARKETS AND THE EMPOWERMENT OF RURAL WOMEN: THE CASE OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN THE CONTEXT OF NORTHEASTERN PARÁ

MERCADOS INSTITUCIONALES Y EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES RURALES: EL CASO DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS EN EL CONTEXTO DEL NORESTE DE PARÁ

Alice Silva Cardoso[1], Anastacia Pavão Oliveira[2], Brenda Cardoso Rabelo[3], Laila Mayara Drebes[4], Marcos Antônio Souza dos Santos[5]

e788762
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i8.8762

PUBLICADO: 08/2026

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consolidou-se como política pública de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, articulando segurança alimentar, geração de renda e desenvolvimento rural. No Nordeste Paraense, região marcada pela presença da agricultura familiar e por desigualdades socioeconômicas, o programa pode contribuir para o empoderamento de mulheres agricultoras. Este artigo analisa como o acesso ao PAA amplia as possibilidades de empoderamento feminino. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionários semiestruturados a 34 agricultoras beneficiárias do programa em sete municípios da mesorregião Nordeste Paraense. Os dados foram organizados com base nos cinco domínios do Women's Empowerment in Agriculture Index (WEAI), adaptados ao contexto local. Os resultados evidenciam avanços na autonomia financeira, na participação das mulheres nas decisões produtivas e em sua visibilidade social. Entretanto, persistem desafios relacionados à baixa escolaridade, à titularidade masculina da terra, à irregularidade da assistência técnica, ao acesso limitado ao crédito e à sobrecarga do trabalho doméstico. Conclui-se que o PAA fortalece a inclusão produtiva e amplia as possibilidades de empoderamento das agricultoras, embora seus efeitos dependam da articulação com outras políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Relações de gênero. Políticas públicas.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) has become a public policy aimed at strengthening family farming in Brazil by promoting food security, income generation, and rural development. In Northeastern Pará, a region characterized by the presence of family farming and socioeconomic inequalities, the program may contribute to the empowerment of women farmers. This article analyzes how access to the PAA expands opportunities for women's empowerment. The research adopted a qualitative-quantitative approach based on semi-structured questionnaires administered to 34 women farmers benefiting from the program in seven municipalities of the Northeastern Pará mesoregion. The data were analyzed according to the five domains of the Women's Empowerment in Agriculture Index (WEAI), adapted to the research context. The results

[1] Mestra em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Brasil.
[2] Doutoranda em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Brasil.
[3] Mestranda em Ciência Animal pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
[4] Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Brasil.
[5] Doutor em Ciência Animal pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professor vinculado à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Brasil.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

show advances in financial autonomy, women's participation in productive decision-making, and their social visibility. However, challenges remain regarding low educational attainment, predominantly male land ownership, irregular technical assistance, limited access to credit, and the burden of domestic work. It is concluded that the PAA strengthens productive inclusion and expands opportunities for the empowerment of women farmers, although its effects depend on articulation with other public policies.

KEYWORDS: *Family farming. Gender relations. Public policies.*

RESUMEN
El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) se consolidó como una política pública orientada al fortalecimiento de la agricultura familiar en Brasil, articulando la seguridad alimentaria, la generación de ingresos y el desarrollo rural. En el Nordeste del estado de Pará, una región caracterizada por la presencia de la agricultura familiar y por desigualdades socioeconómicas, el programa puede contribuir al empoderamiento de las mujeres agricultoras. Este artículo analiza cómo el acceso al PAA amplía las posibilidades de empoderamiento femenino. La investigación adoptó un enfoque cualitativo-cuantitativo mediante la aplicación de cuestionarios semiestructurados a 34 agricultoras beneficiarias del programa en siete municipios de la mesorregión Nordeste Paraense. Los datos fueron analizados a partir de los cinco dominios del Women's Empowerment in Agriculture Index (WEAI), adaptados al contexto de la investigación. Los resultados evidencian avances en la autonomía financiera, en la participación de las mujeres en las decisiones productivas y en su visibilidad social. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con el bajo nivel educativo, la titularidad de la tierra predominantemente masculina, la irregularidad de la asistencia técnica, el acceso limitado al crédito y la sobrecarga del trabajo doméstico. Se concluye que el PAA fortalece la inclusión productiva y amplía las posibilidades de empoderamiento de las agricultoras, aunque sus efectos dependen de la articulación con otras políticas públicas.

PALABRAS CLAVE*: Agricultura familiar. Relaciones de género. Políticas públicas.*

1. INTRODUÇÃO

As transformações recentes nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil evidenciam a relevância dos mercados institucionais como instrumentos de fortalecimento da segurança alimentar, de geração de renda e de promoção da equidade social no meio rural, uma vez que se apresentam como estratégias para combater a pobreza e viabilizar a inclusão produtiva, permitindo a inserção da agricultura familiar em circuitos curtos de comercialização (Souza, 2021).

Entre essas políticas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de articular a produção da agricultura familiar às demandas de abastecimento alimentar de escolas, hospitais, creches e demais instituições públicas. Para além de seus efeitos na dinamização econômica local, o PAA assume centralidade no debate sobre gênero, ao oportunizar a inserção produtiva e a valorização das mulheres agricultoras (BRASIL, 2009).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A literatura sobre agricultura familiar no Brasil tem destacado as desigualdades estruturais que marcam o trabalho das mulheres rurais, frequentemente invisibilizado ou restrito a funções reprodutivas e de cuidado, em detrimento de sua participação plena nas atividades produtivas e nos processos decisórios. Observa-se que as regiões norte e nordeste concentram menor número de estudos sobre o tema, mostrando a necessidade nesses territórios de maior produção empírica na área (Lucena, Torres, Souza, 2024; Spanevello et al., 2022; Bengoa, 2018).

Nesse contexto, os mercados institucionais constituem-se como arenas estratégicas para a ampliação das liberdades substantivas, entendidas como o conjunto de capacidades e oportunidades que uma pessoa possui para levar o tipo de vida que tem razão para valorizar, incluindo desde necessidades básicas, como alimentação e saúde, até direitos mais complexos, como participação política e autonomia econômica (Sen, 2010). Para as agricultoras, isso significa não apenas o acesso a recursos financeiros, mas também o fortalecimento da autonomia, da liderança comunitária e do protagonismo feminino no espaço rural.

O empoderamento feminino ocorre por meio da tomada de decisões coletivas, bem como de mudanças e evoluções individuais. Ressalta-se que esse processo não pode ser simplesmente fornecido a outras pessoas, pois é conquistado a partir de atitudes e trajetórias pessoais (Landerdahl et al., 2013). Para compreendê-lo, é importante perceber que não se trata de um fenômeno com início e fim definidos, nem que se desenvolve de forma homogênea entre diferentes mulheres. O empoderamento varia de acordo com a evolução de cada indivíduo, considerando aspectos culturais, emocionais e contextuais (Léon, 2000).

No Nordeste Paraense, região caracterizada pela predominância da agricultura familiar e marcada por indicadores socioeconômicos desafiadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,69, a implementação do PAA assume relevância (IBGE, 2017; IBGE, 2021). Além de movimentar as economias locais e fortalecer os circuitos curtos de comercialização, o programa contribui para a valorização das práticas agroecológicas e para a permanência das mulheres no campo. Assim, investigar os efeitos do PAA nesse território implica compreender não apenas seus resultados econômicos, mas também suas repercussões sociais, culturais e políticas na vida das mulheres agricultoras.

Desta forma, este estudo questiona: em que medida o acesso ao PAA tem gerado oportunidades de empoderamento para mulheres rurais em suas relações socioeconômicas? Para responder a essa questão, o artigo tem como objetivo geral analisar as repercussões do Programa de Aquisição de Alimentos no empoderamento de agricultoras do Nordeste Paraense. Especificamente, busca-se: examinar a influência do programa sobre a autonomia financeira das

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

participantes; verificar sua participação nos processos decisórios relativos à comercialização da produção e avaliar os efeitos do PAA no fortalecimento da liderança e do protagonismo feminino.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo, de natureza quali-quantitativa (Deslandes; Gomes; Minayo, 2007), voltada à obtenção de dados objetivos acerca do desempenho do PAA e de suas repercussões no empoderamento de mulheres agricultoras no Nordeste Paraense, por meio da aplicação de questionários semiestruturados (Gil, 2026), descritivamente analisados.

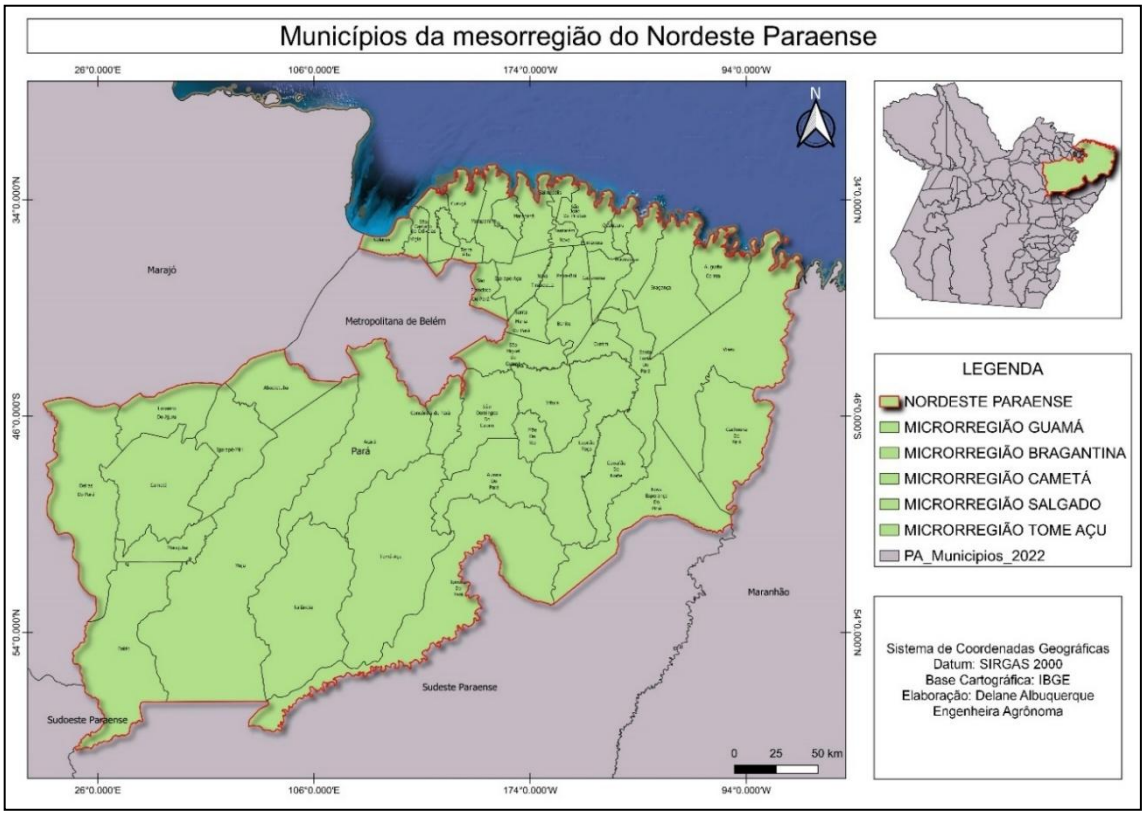
2.1. Caracterização da área de estudo

A delimitação territorial da pesquisa foi orientada por um levantamento prévio de dados sobre a implementação do PAA, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), no período de 2013 a 2021.

A partir da identificação das agricultoras familiares cadastradas como fornecedoras do programa, foi possível mapear sua distribuição em sete municípios do Nordeste Paraense: Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua (Figura 1). A escolha desses sete municípios deve-se ao fato de que eles concentram aproximadamente um quarto do total de beneficiárias do PAA entre os 49 municípios do Nordeste Paraense, além de se destacarem pela expressiva alocação de recursos no âmbito do programa (SEASTER, 2014).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 1. Mapa de localização do Nordeste Paraense e divisão por microrregiões



Fonte: Elaborado por Delane Albuquerque (2023).

Conforme dados de 2024, essa mesorregião é composta por 49 municípios e uma população estimada em 2.012.534 habitantes, o que corresponde a 23,23% da população do estado do Pará (IBGE, 2024a; IBGE, 2024b). É uma mesorregião com forte participação da agricultura familiar na estrutura da economia rural, pois possui 97.643 estabelecimentos de agricultura familiar. Isto corresponde a 89,32% do total de estabelecimentos agropecuários do Nordeste Paraense e 40,73% do total de estabelecimentos de agricultura familiar do estado do Pará (IBGE, 2023).

Conforme mencionado anteriormente, foram selecionados os seguintes municípios para pesquisa: Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua. Neles foram identificadas as mulheres que participam do PAA, buscando identificar a inserção nos contextos produtivos locais, conforme demonstrado no quadro 1.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quadro 1. Localização das mulheres agricultoras por município e comunidades

Comunidade	Município	Total
Braço Grande	Capanema	1
Sétima Travessa	Capanema	1
Alto Pindorama	Salinópolis	1
Caraxió	Salinópolis	1
Km 60	Salinópolis	1
Aimorés	São João de Pirabas	3
Vila Nova	São João de Pirabas	1
Jararaca	São João de Pirabas	1
Quilombo Tipitinga	Santa Luzia do Pará	3
Santa Luzia	Santa Luzia do Pará	2
Tatuquara	Santa Luzia do Pará	1
Mucurateua	Santa Luzia do Pará	1
Assentamento PA- Cristal	Santa Luzia do Pará	1
Cabeça de Porco	Santa Luzia do Pará	2
Quilombo Jacarequara	Santa Luzia do Pará	1
Quilombo Três voltas	Santa Luzia do Pará	1
Terreirão	Nova Timboteua	1
Jutaizinho	Santarém Novo	2
Vila Faustina	Santarém Novo	3
Vila Fátima	Tracuateua	1
Areia Branca	Tracuateua	2
Vila do Estirão	Tracuateua	1
Vila dos Neves	Tracuateua	1
Comunidade Quilombola Torres	Tracuateua	1
Total		34

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A maior concentração de participantes nos municípios de Santa Luzia do Pará e Tracuateua justifica-se pela maior densidade e articulação das redes locais de associações e organizações comunitárias, bem como pela facilidade de acesso logístico ao campo. Nesses municípios, a atuação de lideranças comunitárias e representantes de associações locais foi fundamental como mediadores institucionais da pesquisa, facilitando o contato com as agricultoras beneficiárias e viabilizando a aplicação dos questionários.

Em contraste, no município de Nova Timboteua, a aplicação de apenas um questionário decorreu de limitações logísticas e da baixa disponibilidade de agricultoras beneficiárias aptas e presentes no território no período da coleta de dados. Ademais, constatou-se uma desarticulação temporária na rede local de fornecimento do PAA durante o período da pesquisa, o que dificultou o estabelecimento de novos contatos e a ampliação do número de participantes da pesquisa naquele município.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2.2. Procedimentos metodológicos

A coleta de dados de campo foi realizada entre abril e maio de 2023, a partir do universo de 330 mulheres atendidas pelo PAA na mesorregião (SEASTER, 2014), das quais 34 responderam ao questionário, correspondendo a 10,3% do total de beneficiárias. Como explicado anteriormente, as participantes da pesquisa estavam distribuídas entre os municípios de Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas e Tracuateua.

A definição do número de mulheres inseridas na pesquisa em cada localidade decorreu da dinâmica de campo, considerando as condições logísticas de deslocamento entre os municípios da mesorregião e o critério de acessibilidade às comunidades. A variação no quantitativo de participantes por localidade justifica-se pela concentração de beneficiárias do PAA em polos específicos e pela disponibilidade voluntária das agricultoras no período da coleta, buscando-se atingir a representatividade qualitativa necessária para a compreensão da realidade local.

A seleção das participantes ocorreu por amostragem em bola de neve (*snowball sampling*). Inicialmente, a partir de indicação institucional, realizou-se uma visita técnica ao estabelecimento da primeira agricultora beneficiária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A partir dessa interlocutora, as demais participantes foram indicadas pelas instituições rurais contatadas ou pelas próprias agricultoras entrevistadas, constituindo uma rede de indicações até a composição do grupo de estudo (Vinuto, 2014).

Nas visitas técnicas houve a aplicação de questionários semiestruturados a partir da adaptação do modelo proposto para a estimação do *Women's Empowerment in Agriculture Index* (WEAI): uma abordagem metodológica desenvolvida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em colaboração com o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares (IFPRI) e outros parceiros, com o objetivo de mensurar o empoderamento das mulheres na agricultura (Alkire et al., 2013).

O WEAI é composto por cinco domínios principais: (i) decisões sobre a produção; (ii) acesso e poder de decisão sobre os recursos produtivos; (iii) controle sobre o uso da renda; (iv) liderança na comunidade; e (v) alocação de tempo. A avaliação do empoderamento feminino baseou-se nos chamados “cinco domínios de empoderamento” (5DE), subíndice do WEAI, adequando seus indicadores ao contexto das mulheres agricultoras beneficiárias do PAA na mesorregião estudada.

Esses domínios foram adaptados à realidade local e incorporados ao questionário aplicado, visando proporcionar uma análise descritiva das respostas das mulheres, e foi

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estruturado em três blocos:

- **Bloco 1 – Perfil socioeconômico:** composto por 14 perguntas sobre identificação da participante (nome, idade, naturalidade, estado civil, comunidade de residência, grau de instrução, número de filhos, composição familiar, renda domiciliar, ocupação do cônjuge e outras fontes de renda).
- **Bloco 2 – Sistema de produção e comercialização:** com 11 perguntas voltadas à caracterização da unidade produtiva (área total, titularidade da terra, atividades desenvolvidas, participação na tomada de decisão, acesso à assistência técnica, avaliação do PAA e sugestões de melhorias).
- **Bloco 3 – Empoderamento feminino:** formado por 24 perguntas, abordando aspectos como divisão de responsabilidades, controle sobre os recursos, participação em organizações, acesso a financiamento, percepção de discriminação, carga de trabalho (produtiva e doméstica), lazer e sugestões para valorização das mulheres rurais.

Os dados foram organizados e apresentados com base em uma análise descritiva, com ênfase nas frequências e distribuições percentuais observadas, sem a utilização de testes estatísticos de significância. A investigação não teve por objetivo estabelecer relações de causalidade entre o PAA e o empoderamento feminino, mas sim evidenciar aspectos desse empoderamento entre as mulheres participantes do programa, conforme será aprofundado na seção de resultados e discussão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção é composta por seis subseções. Inicialmente, apresenta-se o perfil socioeconômico das mulheres agricultoras beneficiárias do PAA no Nordeste Paraense. Na segunda subseção, analisa-se o acesso e o controle dos recursos produtivos, considerando aspectos como terra, assistência técnica, capacitação e crédito rural. A terceira subseção examina a participação das agricultoras na tomada de decisões relacionadas à produção agropecuária e à esfera doméstica.

Na quarta subseção, discute-se o controle e o uso da renda proveniente das atividades produtivas e da comercialização no âmbito do PAA. Em seguida, a quinta subseção aborda a participação das mulheres em espaços de liderança comunitária, associações e organizações coletivas. Por fim, a sexta subseção analisa a alocação do tempo entre as atividades produtivas, domésticas e de lazer, discutindo suas implicações para o empoderamento feminino.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3.1. Perfil socioeconômico das participantes da pesquisa

A realização do diagnóstico socioeconômico das mulheres agricultoras beneficiárias do PAA na mesorregião Nordeste Paraense permitiu não apenas caracterizar o universo pesquisado, mas também subsidiar a análise do empoderamento feminino, à luz das variáveis que influenciam sua autonomia econômica, social e política. A seguir, apresentam-se as características do perfil socioeconômico dessas mulheres (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil socioeconômico de mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023

Característica	Frequência	Percentual (%)
Faixa etária		
Até 30 anos	5	14,71
De 31 a 45 anos	19	55,88
De 46 a 60 anos	8	23,53
Mais de 60 anos	2	5,88
Naturalidade		
Região Metropolitana de Belém	3	8,82
Nordeste Paraense	26	76,47
Outros estados	5	14,71
Estado civil		
Solteira	19	55,88
Casada	8	23,53
União estável	6	17,65
Viúva	1	2,94
Grau de instrução		
Fundamental incompleto	12	35,29
Fundamental completo	4	11,76
Médio incompleto	1	2,94
Médio completo	11	32,35
Superior incompleto	3	8,82
Superior completo	3	8,82
Tamanho da família		
2 pessoas	8	23,53
3 pessoas	7	20,59
4 pessoas	11	32,35
De 5 a 6 pessoas	7	20,59
Mais de 6 pessoas	1	2,94
Nº de filhos		
Não possui filhos	3	8,82
1 filho(a)	3	8,82
2 filhos(as)	14	41,18
3 filhos(as)	5	14,71
4 filhos(as)	3	8,82
5 filhos(as)	5	14,71
Mais de 5 filhos(as)	1	2,94
Renda familiar mensal		

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Menos de 1 SM	3	8,82
De 1 a menos de 2 SM	26	76,47
De 2 a menos de 3 SM	4	11,76
De 3 a menos de 4 SM	1	2,94
Possui outra atividade remunerada?		
Sim	11	32,35
Não	23	67,65
Renda complementar		
Bolsa família	27	79,41
Aposentadoria	2	5,88
Pensão	2	5,88

Legenda: SM – salário mínimo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A distribuição etária das mulheres revela uma predominância de participantes em idade ativa e produtiva: 70,59% das entrevistadas têm até 45 anos, com 55,88% concentradas na faixa entre 31 e 45 anos e 14,71% com até 30 anos. Além disso, 23,53% estão entre 46 e 60 anos e 5,88% têm mais de 60 anos, o que indica continuidade da atividade produtiva mesmo entre aquelas que já poderiam estar em processo de desaceleração laboral.

Esse cenário pode refletir a ausência de alternativas adequadas de renda e previdência rural, o que força mulheres mais velhas a permanecerem em atividade. O envelhecimento das mulheres rurais impõe desafios à reprodução da vida, como a dificuldade de acesso à previdência e o reconhecimento de seu trabalho, sendo que a participação em organizações coletivas estimula a formação de redes e o fortalecimento do campo (Jahn, 2013).

O vínculo histórico com o território do Nordeste Paraense é evidenciado pelo fato de 76,47% das entrevistadas serem naturais dessa região, a qual se caracteriza pela atividade agrícola como principal fonte de geração de renda. Nesse contexto, destaca-se a produção de lavouras temporárias, presente em 51,19% dos estabelecimentos da agricultura familiar do território (IBGE, 2017).

Por seu ciclo curto, essas lavouras contribuem para a segurança alimentar das famílias e favorecem a permanência no meio rural, fortalecendo os laços territoriais e a autonomia produtiva das agricultoras. Conforme Santos et al. (2025), em estudo de caso sobre o território, as mulheres rurais envolvidas na produção agrícola adotam práticas agroecológicas e sistemas de cooperação, como mutirões, que fortalecem vínculos comunitários.

A distribuição do estado civil revela um predomínio de mulheres solteiras, que representam 55,88% das entrevistadas. Esse dado chama atenção por refletir um perfil de mulher atuante na gestão dos sistemas agrícolas, mesmo sem vínculo conjugal formal. Isso pode indicar

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

a necessidade de assumir sozinha a responsabilidade pelas atividades rurais e, consequentemente, desenvolver maior autonomia produtiva.

Já as mulheres casadas (23,53%) e em união estável (17,65%) juntas somam 41,18%, o que sugere uma parcela significativa de mulheres que compartilham a vida produtiva com um cônjuge, embora isso não signifique, necessariamente, uma divisão equitativa de trabalho ou renda.

Estudos sobre gênero no meio rural indicam que, muitas vezes, mesmo em contextos de união, o trabalho feminino permanece invisível ou desvalorizado, especialmente no que se refere às atividades de cuidado, historicamente atribuídas às mulheres e menos reconhecidas que o trabalho produtivo, predominantemente realizado pelos homens segundo a lógica da divisão sexual do trabalho, o que reforça desigualdades nas relações familiares e produtivas (Beserra et al., 2023; Negreto; Silva, 2018; Jahn, 2013).

A baixa proporção de viúvas (2,94%) pode estar associada à faixa etária predominante entre as entrevistadas — majoritariamente mulheres com até 45 anos — o que pode influenciar a redução da incidência de viuvez.

A análise da escolaridade revela que 47,05% das beneficiárias possuem baixa escolaridade (até o ensino fundamental completo), enquanto apenas 17,64% alcançaram o ensino superior. O ensino médio completo corresponde a 32,35% das participantes, sugerindo um avanço educacional em relação às gerações anteriores, mas ainda insuficiente para garantir maior mobilidade educacional.

A predominância da baixa escolaridade está associada a fatores estruturais que marcam o meio rural amazônico, como a distância das instituições de ensino, o transporte precário e a necessidade de formação de um currículo que considere as particularidades das diferentes realidades do território, o que frequentemente interrompe a trajetória escolar (Santos, 2024).

A escolaridade influencia não apenas na capacidade de compreender e lidar com questões burocráticas de programas e políticas públicas (como cadastros, emissão de notas fiscais e prestação de contas), mas também o acesso a informações sobre direitos, benefícios sociais e novas tecnologias produtivas. Assim, a baixa escolaridade limita liberdades substantivas que possibilitam a geração de autonomias, conforme discutido por Sen (2010).

O tamanho médio das famílias é de quatro pessoas, o que configura uma família média composta por pais e dois filhos(as), condição observada em 32,35% das entrevistadas. Essa variável oscilou entre um mínimo de duas e um máximo de dez pessoas por família. Observou-se, contudo, que 44,12% das famílias eram compostas por duas ou três pessoas. No que se

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

refere ao número de filhos(as), o maior percentual foi registrado na categoria dois filhos(as) (41,18% das entrevistadas). Ao analisar o percentual de famílias com apenas um(a) filho(a) (8,82%), verifica-se que 50% das entrevistadas possuem entre um e dois filhos(as), além de 8,82% que não possuem filhos.

Esses resultados sugerem um processo de redução do tamanho médio das famílias rurais, que pode estar relacionado a mudanças no perfil demográfico, no acesso à educação, no papel da mulher na produção agrícola e na disponibilidade de recursos. Essa nova configuração das famílias rurais é corroborada por Maia e Buainain (2015), cuja pesquisa, baseada nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, apresentou um novo mapa da população rural brasileira, mostrando a tendência de diminuição do número de integrantes por domicílio e a predominância de arranjos familiares menores.

Os autores ressaltam ainda que o envelhecimento populacional e a redução da população jovem podem comprometer a reprodução das famílias e a sucessão da atividade agrícola familiar no médio e longo prazo, especialmente nas pequenas unidades produtivas, como as analisadas nesta pesquisa.

No que concerne à renda, observa-se que em 2023 a grande maioria das mulheres beneficiárias do PAA no universo da pesquisa encontra-se na faixa de 1 a menos de 2 salários mínimos mensais (76,47%), ao passo que apenas 14,71% atingem o patamar de 2 a 3 salários. Tal concentração indica uma estrutura socioeconômica marcada por baixa renda familiar, com repercussão na renda per capita, sobretudo quando associada ao tamanho médio das famílias (3 a 4 pessoas). Considerando, por exemplo, uma renda familiar de 2 salários mínimos em um arranjo de 3 pessoas, a renda per capita corresponderia a aproximadamente 0,67 salários mínimos, reforçando a caracterização da vulnerabilidade social desse público.

Além disso, a maioria das entrevistadas (67,65%) depende exclusivamente da comercialização da produção agrícola e, sobretudo, de transferências governamentais, com destaque para o Bolsa Família[2], presente em 79,41% das famílias. Esse quadro revela a centralidade das políticas de transferência de renda na composição orçamentária e a necessidade de fortalecimento de estratégias de inclusão produtiva e diversificação de rendas.

A pluriatividade constitui uma das estratégias de reprodução social das famílias rurais, corroborada pelo fato de que 32,35% das mulheres entrevistadas declararam exercer outra atividade remunerada além da agricultura. Segundo Schneider (2003), a pluriatividade (atividades não agrícolas, atividades acessórias) possibilita ampliar as fontes de renda, reduzir a

[2] O Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601/2023, é um programa de transferência direta de renda que integra ações de saúde, educação e assistência social, destinado a famílias com renda per capita de até R$ 218,00 (BRASIL, 2023).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

vulnerabilidade das famílias diante das incertezas do mercado agrícola e fortalecer sua permanência no meio rural.

Em síntese, observa-se que as mulheres beneficiárias do PAA são predominantemente jovens, naturais da própria região, com nível de instrução entre o fundamental e o médio, em sua maioria solteiras, com famílias de tamanho médio de quatro pessoas e poucos filhos. Esse perfil revela uma situação de vulnerabilidade econômica, marcada por baixos rendimentos e pela dependência de programas sociais, como o Bolsa Família, ainda que algumas busquem complementação de renda por meio de outras atividades remuneradas e da agricultura. Além disso, sinaliza para limitações de acesso à informação e capacitação, decorrentes do nível educacional, e apresentam um padrão produtivo centrado em culturas de ciclo curto, essenciais para a segurança alimentar familiar.

3.2. Acesso e controle dos recursos produtivos

Esta dimensão diz respeito ao acesso e controle dos recursos produtivos como terra, capital e trabalho, além do acesso e nível de satisfação quanto à assistência técnica, capacitação, treinamentos e financiamentos (Tabela 2).

Tabela 2. Características de acesso aos recursos produtivos das unidades produtivas das mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023

Característica	Frequência	Percentual (%)
Área da unidade de produção		
Até 2 hectares	21	61,76
Mais de 2 até 5 hectares	7	20,59
Mais de 5 até 15 hectares	2	5,88
Mais de 15 hectares	4	11,76
Sempre trabalhou na agricultura?		
Sim	30	88,24
Não	4	11,76
A produção é sempre realizada com mão de obra familiar?		
Sim	23	67,65
Não	11	32,35
Em nome de quem está a unidade de produção?		
Homem (marido)	11	32,35
Mulher	9	26,47
Em nome do pai ou sogro	5	14,71
Propriedade de uso coletivo	4	11,76
Em nome da mãe ou sogra	4	11,76
Não informou	1	2,94
Você recebe assistência técnica?		
Sim	19	55,88

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Não	15	44,12
Qual a frequência da prestação dos serviços de assistência técnica?		
Esporadicamente	9	47,37
Mensal	8	42,11
Quinzenal	2	10,53
Participou de curso de qualificação técnica?		
Sim	19	55,88
Não	15	44,12
Participou de curso de qualificação gerencial/organizacional?		
Sim	18	52,94
Não	16	47,06
Obteve financiamento para as atividades produtivas nos últimos 5 anos?		
Sim	17	50,00
Não	17	50,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A maioria das entrevistadas (61,76%) possui unidades produtivas de até 2 hectares, e 67,65% realizam a produção exclusivamente com mão de obra familiar. Tais características estão em consonância com a definição legal de agricultura familiar (Decreto nº 9.064/2017) que estabelece critérios como limite de área, utilização predominante de trabalho da família e gestão própria do estabelecimento. Ademais, 88,24% das mulheres sempre trabalharam na agricultura, indicando a centralidade da terra e do trabalho agrícola em suas trajetórias de reprodução social. Embora a contratação eventual de diaristas ou a realização de mutirões sejam práticas comuns no meio rural, tais estratégias não descaracterizam a agricultura familiar, já que são previstas no Decreto nº 9.064/2017 como formas complementares e sazonais de trabalho.

No contexto paraense, os mutirões e as trocas de dias representam práticas tradicionais que materializam a reciprocidade e a ação coletiva no meio rural. Trata-se de estratégias de ajuda mútua, por meio das quais os agricultores se reúnem para executar conjuntamente diferentes atividades ligadas aos sistemas de produção da agricultura familiar (Schmitz et al., 2017; Andreata et al., 2022).

No que se refere à titularidade das terras, apenas 26,47% das unidades estão registradas em nome das mulheres, enquanto quase metade permanece em nome de homens (47,06% entre maridos, pais ou sogros). Esse dado confirma a persistência de um padrão patriarcal de acesso e controle da terra, com impactos diretos no acesso ao crédito, na participação em contratos formais e no poder de decisão sobre a produção. Assim, ainda que desempenhem papel central na produção e na reprodução social, muitas agricultoras permanecem sub-representadas nos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

registros fundiários, o que limita sua autonomia econômica (Brumer; Spanevello, 2012).

Além da titularidade, o acesso a serviços de assistência técnica constitui outro fator determinante para a consolidação da autonomia produtiva e econômica dessas agricultoras. Os dados indicam que pouco mais da metade das entrevistadas (55,88%) recebe assistência técnica, enquanto 44,12% não têm acesso a esse serviço essencial para a qualificação e fortalecimento da produção agrícola. O acesso se dá por meio de programas de Assistência Técnica Pública, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), prefeituras municipais, e também pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PA).

Entre aquelas que contam com acompanhamento técnico, a frequência ainda é irregular: 47,37% afirmam recebê-lo apenas de forma esporádica, 42,11% mensalmente e apenas 10,53% quinzenalmente. A predominância de atendimento esporádico mostra uma limitação na efetividade desses serviços, o que pode comprometer a ampliação de liberdades substantivas das agricultoras, uma vez que o acesso contínuo e qualificado à assistência técnica é fundamental para potencializar as dimensões produtivas e favorecer o acesso a diferentes instrumentos de políticas públicas voltadas à mulher agricultora familiar (Sousa et al., 2016; Sen, 2010).

A busca por capacitação também é uma estratégia relevante entre as beneficiárias. Mais da metade (55,88%) já participou de cursos técnicos, e 52,94% de cursos de gestão e organização. Contudo, foi relatada a necessidade de novas formações em áreas como administração rural, comercialização, horticultura, fruticultura, criação de aves, cultivo de plantas medicinais e ornamentais, corte e costura, culinária e processamento de alimentos. Essa demanda reflete a preocupação das mulheres em diversificar as fontes de renda familiar e ampliar suas oportunidades de inserção nos mercados locais e regionais.

Na perspectiva de geração de oportunidades por meio do acesso a recursos, o crédito rural configura-se como um instrumento estratégico tanto para o fortalecimento da agricultura familiar quanto para a ampliação da autonomia econômica das mulheres (Accarini, 1987; Sen, 2010). Nesse aspecto, 50% das beneficiárias relataram ter obtido financiamentos nos últimos cinco anos para suas atividades produtivas, o que mostra a busca por melhores condições de desenvolvimento dos sistemas familiares de produção. Por outro lado, chama atenção o elevado percentual de mulheres que não acessaram o crédito (50%), bem como a limitada experiência no uso e gestão financeira desses recursos, fatores que comprometem sua eficácia e reduzem o potencial de empoderamento proporcionado por esse importante instrumento de política pública (Spanevello et al., 2016; Sousa et al., 2016).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Estes resultados revelam um quadro em que as mulheres agricultoras familiares do Nordeste Paraense acumulam forte vínculo com a terra e o trabalho agrícola, mas enfrentam desigualdades estruturais quanto à titularidade, à continuidade da assistência técnica e ao acesso qualificado ao crédito. Por outro lado, demonstram agência e protagonismo ao buscar capacitação e diversificação produtiva, indicando caminhos de fortalecimento da agricultura familiar e de maior equidade de gênero no meio rural.

3.3. Decisões sobre a produção agropecuária

Nessa dimensão, avaliaram-se as respostas referentes à identificação das principais atividades do sistema de produção, à participação das mulheres na tomada de decisão sobre essas atividades. A dimensão também abrangeu a análise do processo de tomada de decisão na esfera doméstica, vinculada ao trabalho de cuidado e reprodutivo da família, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3. Características da dimensão decisões sobre a produção agropecuária pelas mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023

Característica	Frequência	Percentual (%)
Principais atividades da unidade de produção		
Mandioca	31	91,18
Olerícolas	9	26,47
Frutíferas	8	23,53
Apicultura	7	20,59
Avicultura	7	20,59
Bovinos	3	8,82
Piscicultura	2	5,88
Suinocultura	2	5,88
Outros cultivos agrícolas	7	20,59
Você considera ter participação na tomada de decisão do que produzir?		
Nunca	1	2,94
Raramente	1	2,94
Às vezes	2	5,88
Quase sempre	3	8,82
Sempre	27	79,41
Quem toma as decisões na esfera doméstica?		
Mulheres	30	88,24
Decisões conjuntas (homem e mulher)	4	11,76

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

A mandioca apresenta-se como a principal atividade agropecuária dos sistemas de produção, estando presente em 91,18% dos estabelecimentos, com ênfase na produção de farinha para o autoconsumo e na comercialização do excedente. Esse cenário justifica-se pelo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

fato de a cultura ser de uso múltiplo, embora, na região do Nordeste Paraense, concentre-se especialmente na transformação em farinha para fins comerciais.

Apesar da predominância da mandioca, observa-se uma diversificação produtiva nos estabelecimentos, com a presença de olerícolas (principalmente espécies folhosas, como alface, couve, cheiro-verde e jambu), frutíferas, além de atividades ligadas à apicultura e à avicultura. Na região, experiências registram que esses sistemas de produção se estruturam em quintais produtivos (Silva, Cruz, Carvalho, 2024; Nobre et al., 2020). Neles, as mulheres rurais desempenham papel central na organização e manutenção, e os produtos obtidos contribuem para as estratégias de segurança alimentar das famílias.

Uma das formas de combater a fome é o fortalecimento de estratégias endógenas de produção. O trabalho feminino, muitas vezes não contabilizado ou subutilizado, assume papel relevante nesse processo (Paulilo, 2013). Assim, o trabalho das mulheres nos quintais produtivos configura-se como uma estratégia de desenvolvimento endógeno, pois promove a autonomia produtiva das famílias, valoriza os saberes locais e reduz a dependência de alimentos provenientes de mercados externos.

No que se refere aos sistemas de produção pecuária, identificam-se atividades apícolas, avícolas, bovinas e suínas, com maior destaque para a apicultura e a avicultura. Nessas atividades, a participação das mulheres rurais concentra-se, sobretudo, no manejo diário dos animais, nos cuidados com a alimentação e a sanidade, bem como no beneficiamento primário, como a extração e o envase do mel e o abate e preparo de aves para consumo e comercialização. Ademais, as mulheres exercem a gestão direta da comercialização junto ao PAA, o que possibilita a geração de renda de ciclo curto sob controle feminino, o fortalecimento da autonomia financeira no âmbito familiar e a valorização social do trabalho doméstico-produtivo, historicamente invisibilizado.

As agricultoras entrevistadas foram questionadas quanto à sua percepção sobre a participação na tomada de decisão do que produzir, como forma de aferir seu maior protagonismo nas decisões produtivas. Nesse sentido, 79,41% delas afirmaram que sempre participam das definições do que produzir na unidade de produção familiar. Esse é um indicativo importante de empoderamento dessas mulheres, pois as mulheres que participam ativamente das decisões agrícolas têm maior confiança, conhecimento e influência na comunidade, maior probabilidade de experimentar melhorias no status nutricional e na segurança alimentar, o que está associado a melhores resultados econômicos e sociais para elas e suas famílias (Sraboni et al., 2014).

No entanto, quando a tomada de decisão se desloca do campo produtivo para a esfera

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

doméstica, os dados demonstram que 88,24% das entrevistadas declararam ser responsáveis pelas decisões do lar. Esse resultado confirma um cenário em que, embora apresentem autonomia no âmbito produtivo, as mulheres continuam assumindo, quase de forma exclusiva, a gestão das tarefas domésticas, o que reforça a sobreposição de funções e a dupla jornada feminina. Observa-se, assim, a persistência da divisão sexual do trabalho, estruturada a partir do que Scott (1995) conceitua como sexismo biológico, no qual os papéis sociais são naturalizados a partir de diferenças corporais e biológicas, delimitando o que é considerado próprio do trabalho feminino.

No momento em que as mulheres se ocupam predominantemente dos afazeres domésticos, isso restringe o tempo e a energia que poderiam ser dedicados a outras dimensões de suas vidas, como a participação política, a formação educacional ou o empreendedorismo. Os dados indicam a presença de estruturas patriarcais, naturalizadas e institucionalizadas, uma vez que a divisão das tarefas familiares fortalece a reprodução das hierarquias sociais. Assim, as mulheres continuam desempenhando jornadas extensas, nas quais a sobrecarga doméstica atua como mecanismo que perpetua, muitas vezes de forma inconsciente, as desigualdades de gênero (Bueno; Silva, 2020).

3.4. Controle do uso da renda

O controle do uso da renda familiar é uma dimensão central para o empoderamento econômico das mulheres na agricultura familiar, pois influencia diretamente sua autonomia, poder de decisão e participação em estratégias produtivas. A análise da Tabela 4, revela nuances sobre a distribuição do poder decisório no contexto familiar e produtivo.

Tabela 4. Características da dimensão controle e uso da renda pelas mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023

Característica	Frequência	Percentual (%)
Como ocorrem as decisões sobre gastos na família?		
Em conjunto	22	64,71
Somente as mulheres	9	26,47
Somente o marido	3	8,82
Quem toma as decisões sobre o uso dos recursos da comercialização da produção agropecuária?		
Mulheres	15	44,12
Decisões conjuntas	16	47,06
Homens	3	8,82
Você considera ter autonomia para tomar um empréstimo e definir o que fazer com o dinheiro?		

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Sim	14	41,18
Não	20	58,82
Você comercializa algum produto adicional aos produzidos na atividade agropecuária?		
Sim	17	50,00
Não	17	50,00
Quem toma a decisão sobre o uso da renda obtida com a comercialização desses produtos?		
Homens	5	14,71
Decisões conjuntas	9	26,47
Mulheres	20	58,82

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A maioria das mulheres (64,71%) afirmou que as decisões sobre os gastos familiares são tomadas de forma conjunta, enquanto 26,47% relatam decidir individualmente, e apenas 8,82% dos homens exercem controle exclusivo. A renda proveniente da comercialização da produção agropecuária apresenta uma distribuição com maior participação feminina, em que 47,06% das decisões são tomadas em conjunto, 44,12% são de responsabilidade das mulheres, e apenas 8,82% dos homens. Este padrão mostra que no contexto da agricultura familiar do Nordeste Paraense, nos estabelecimentos agrícolas analisados, as mulheres participam de forma ativa na gestão econômica e na produção.

Embora os dados indiquem um padrão de decisão compartilhada no âmbito familiar e agrícola, esse compartilhamento não traduz necessariamente igualdade efetiva de poder. Evidencia-se isso quando 58,82% das mulheres afirmaram não possuir autonomia para decidir sobre o uso de empréstimos, indicando que, em decisões financeiras de maior impacto sobre as estratégias de reprodução social e gestão familiar, persistem limitações estruturais significativas à autonomia feminina.

Os resultados revelam que metade das agricultoras entrevistadas (50%) comercializa produtos adicionais à produção agropecuária, o que configura a diversificação das estratégias de geração de renda nas unidades familiares. Essa diversificação é relevante não apenas para o incremento econômico, mas também para o fortalecimento da autonomia feminina, uma vez que a maior parte das decisões sobre a utilização dessa renda é tomada diretamente pelas mulheres (58,82%).

Nesse contexto, observa-se que as atividades pluriativas constituem um espaço em que a participação feminina no processo decisório é mais expressiva, sobretudo quando comparada à renda proveniente da produção agropecuária tradicional, em que ainda prevalece maior incidência de decisões compartilhadas. Assim, a comercialização de produtos complementares pode ser interpretada como um instrumento de afirmação e empoderamento

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

econômico, conferindo às mulheres maior capacidade de direcionar recursos segundo suas próprias prioridades, ainda que persistam, em parte das famílias, práticas de controle masculino.

3.5. Liderança na comunidade

Essa dimensão não se restringe à autonomia individual, mas envolve a capacidade de influenciar coletivamente processos decisórios e práticas institucionais no meio rural. Conforme a Tabela 5, metade das agricultoras beneficiárias pelo PAA no estudo no Nordeste Paraense (50%) participa de associações, cooperativas ou entidades de classe.

Tabela 5. Características da dimensão liderança na comunidade das mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023

Característica	Frequência	Percentual (%)
Você participa de alguma associação, cooperativa ou entidade de classe?		
Sim	17	50,00
Não	17	50,00
Qual a frequência de sua participação em reuniões da associação, cooperativa ou entidade de classe?		
Mensalmente	9	52,94
Esporadicamente	8	47,06
Percepção sobre o nível de engajamento em associações, cooperativas e entidades de classe		
Nível 1 (sem engajamento)	19	55,88
Nível 2	2	5,88
Nível 3 (Moderado)	3	8,82
Nível 4	4	11,76
Nível 5 (totalmente engajada)	6	17,65

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Esse dado revela uma ambivalência: por um lado, há evidências de inserção feminina em espaços de associativismo historicamente constituídos por homens (Godoy, 2011); por outro, persiste uma parcela expressiva — metade das participantes da pesquisa — que permanece afastada desses espaços de representação. Entre as mulheres que participam, 47,06% o fazem de forma esporádica, o que indica um ponto crítico a ser fortalecido. Embora já exista um movimento de inserção, torna-se necessário ampliar mecanismos institucionais e estratégias organizativas que favoreçam a permanência e o protagonismo feminino nas instâncias coletivas.

A análise dos níveis de engajamento reforça esse quadro: 55,88% das agricultoras se encontram no Nível 1 (sem engajamento), revelando a predominância de uma participação passiva ou inexistente nas organizações comunitárias. Apenas 11,76% apresentaram engajamento elevado (Nível 4) e 17,65% declararam-se totalmente engajadas (Nível 5). Essa assimetria configura a dificuldade de converter a participação formal em participação substantiva,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

entendida como a capacidade de influenciar processos decisórios, disputar recursos coletivos e incidir sobre as políticas locais de desenvolvimento rural (Sen, 2010).

Assim, percebe-se que o empoderamento econômico por meio da comercialização da produção não indica correspondência direta com o empoderamento político e organizativo. Para que esse processo seja consolidado, faz-se necessário fortalecer mecanismos de formação, capacitação e incentivo à participação feminina em instâncias coletivas de decisão, de modo a ampliar suas liberdades sociais e políticas (Sen, 2010). Nesse sentido, o fortalecimento da liderança comunitária das mulheres agricultoras não é apenas um vetor de equidade de gênero, mas também um componente para a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas de agricultura familiar no Nordeste Paraense.

3.6. Alocação do tempo

A dimensão alocação do tempo refere-se à aferição das horas dedicadas tanto às atividades domésticas quanto às atividades agropecuárias, bem como à avaliação do tempo disponível para o lazer — como visitar vizinhos, assistir televisão, ouvir rádio, ver filmes ou praticar esportes.

Os resultados indicam que a média diária de trabalho é de 9 horas, sendo 3 horas destinadas às atividades relacionadas aos sistemas de produção agropecuária e 6 horas às atividades domésticas. O total de horas trabalhadas variou entre um mínimo de 6 horas e um máximo de 13 horas, destacando-se que 88,24% das mulheres trabalham 8 horas ou mais por dia (Tabela 6).

Tabela 6. Caracterização do tempo diário de trabalho das mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023

Indicadores de tempo de trabalho	Valores observados
Média de horas trabalhadas/dia	9 horas
Média de horas em atividades agropecuárias	3 horas
Média de horas em atividades domésticas	6 horas
Mínimo de horas trabalhadas/dia	6 horas
Máximo de horas trabalhadas/dia	13 horas
Percentual que trabalha ≥ 8 horas/dia	88,24%

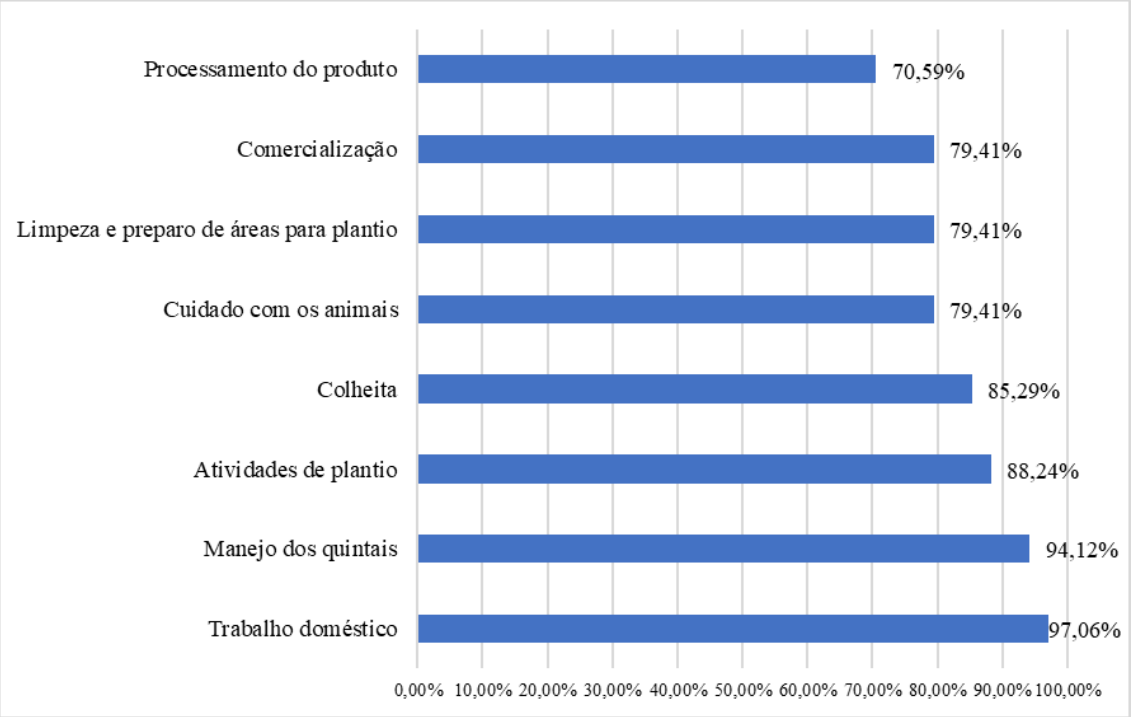
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A análise da Figura 2 permite observar a participação feminina tanto nos espaços produtivos quanto nos reprodutivos. O maior percentual de participação ocorre no trabalho doméstico (97,06%), seguido pelo manejo dos quintais produtivos (94,12%) e pelas atividades de plantio (88,24%). Esses resultados confirmam a existência de jornadas extensas de trabalho,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

marcadas pela articulação simultânea entre a produção agrícola e o trabalho de cuidado na esfera doméstica.

Figura 2. Atividades desenvolvidas nas unidades produtivas, em percentual, pelas mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Nordeste Paraense



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ao aproximar o campo analítico das atividades produtivas, observa-se a expressiva participação das mulheres no manejo dos quintais produtivos (94,12%), percentual superado apenas pelo trabalho doméstico. Tal resultado indica que a manutenção da casa e do quintal permanece fortemente associada à atuação feminina.

Em seguida, destacam-se as atividades de plantio (88,24%) e colheita (85,29%), confirmando a inserção das mulheres em etapas essenciais dos sistemas de cultivo agrícola. No entanto, é importante observar que, no contexto regional, as mulheres tendem a concentrar-se em tarefas consideradas de menor exigência física, como o plantio e a colheita, em comparação ao preparo do solo, frequentemente realizado de forma manual e atribuído aos homens.

Na perspectiva de Scott (1995), essa diferenciação indica que o gênero opera como uma categoria social estruturante da divisão do trabalho e das relações de poder, demonstrando que

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

a participação feminina não se baseia apenas em critérios de aptidão física, mas também em expectativas sociais historicamente construídas.

Essa dinâmica torna-se mais evidente na baixa participação das mulheres no processamento de produtos, atividade que apresentou o menor percentual de envolvimento feminino (Figura 2). Esse resultado pode ser explicado, principalmente, pela sobrecarga de trabalho doméstico e produtivo, que, somada às responsabilidades com o cuidado da família, reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem às etapas adicionais do processo produtivo, mesmo quando demonstram interesse em atuar no processamento. Soma-se a isso a ausência ou insuficiência de qualificação técnica específica, uma vez que o acesso das mulheres a cursos de capacitação, treinamentos e assistência técnica ainda é limitado, o que restringe sua inserção em etapas mais valorizadas da produção agropecuária.

Desta forma, considerando a inserção das mulheres rurais nas atividades agropecuárias, observa-se que elas participam da maioria das tarefas de interesse econômico, ou seja, geradoras de renda. No entanto, quando questionadas sobre seu papel nessas atividades, muitas se referem à sua mão de obra apenas como “ajuda”. Essa percepção contribui para que o trabalho das mulheres seja subestimado, criando obstáculos ao seu reconhecimento como agricultoras e restringindo-as à condição de donas de casa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do trabalho demonstram que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) configura-se como um instrumento relevante para a promoção do empoderamento de mulheres agricultoras no Nordeste Paraense. Sua participação no programa contribuiu para ampliar a autonomia financeira, fortalecer a presença nas decisões produtivas e favorecer o reconhecimento social das agricultoras, tradicionalmente invisibilizadas em seus contextos comunitários.

Apesar dos avanços, persistem entraves estruturais que limitam o pleno empoderamento feminino. Destacam-se a baixa escolaridade, a titularidade da terra concentrada em nome dos homens, a irregularidade no acesso à assistência técnica e as restrições ao crédito. Além disso, a sobrecarga do trabalho doméstico restringe o tempo para a formação, o lazer e a atuação política, perpetuando desigualdades de gênero.

Diante desse cenário, conclui-se que o PAA representa um vetor de inclusão produtiva e de ampliação de oportunidades, mas não é suficiente, por si só, para promover a equidade de gênero no campo. Seu potencial emancipatório exige articulação com outras políticas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estruturantes, como acesso à terra, crédito, assistência técnica qualificada, capacitação e fortalecimento da liderança comunitária das mulheres.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa reforça a importância dos mercados institucionais como espaços de disputa e afirmação das agricultoras, reforçando a necessidade de compreender o empoderamento feminino em múltiplas dimensões — econômica, social, política e simbólica. No campo das políticas públicas, indica-se a urgência de integrar segurança alimentar, desenvolvimento rural e igualdade de gênero. Reconhecendo-se as limitações do recorte amostral e territorial, sugere-se que estudos futuros ampliem a investigação comparativa, incluindo a análise da relação entre empoderamento, agroecologia e políticas de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento:** reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987.

ALKIRE, S.; MEINZEN-DICK, R.; PETERMAN, A.; QUISUMBING, A.; SEYMOUR, G.; VAZ, A. The women's empowerment in agriculture index. **World Development**, v. 52, p. 71-91, 2013.

ANDREATA, H. K.; FERNANDES, A. P. D.; MOTA, D. M. O trabalho coletivo como resistência em uma comunidade no Quilombo Jambuaçu, Moju, Pará. **Revista Agroecossistemas**, v.14, n.1, p. 41-60, 2022.

BENGOA, C. C**.** A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas,** Campinas, v. 26, n. 52, p. 31–68, ago./dez. 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11703. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11703. Acesso em: 16 set. 2025.

BESERRA, L.; HENNINGTON, E. A.; PIGNATTI, M. G. Condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 298-315, abr./jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104202313721. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104202313721. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2017.

BRASIL**. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 3 ago. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF Mulher. **Revista Anthropológicas**, Recife, v. 23, n. 1, p. 54-80, 2012.

BUENO, C. T.; SILVA, S. M. V. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista Nera**, v.23, n. 51, p. 279–299, 2020.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2026.

GODOY, F. **Movimento cooperativista e associativista:** um estudo sobre algumas formas de organização, resistência e criação dos trabalhadores frente ao modo de produção capitalista. 2011. 115 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2024b. Estimativa da população – tabela 6579. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579 Acesso em: 01 ago. 2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2024a. Estimativa da população. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html Acesso: 01 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/. Acesso em 30 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pará | **Cidades e Estados**. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/. Acesso em: 18 set. 2025.

JAHN, E. de F. Envelhecimento do campo e o movimento de mulheres camponesas: desafios e perspectivas. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 113-132, jan./dez. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967125007.pdf Acesso em: 11 ago. 2025.

LANDERDAHL, M. C. et al. **Processo de Empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil.** São Paulo:[s.n], 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/ df/ean/v17n2/v17n2a15.pdf>. Acesso em: 25 nov.2018.

LEÓN, M. **Empoderamiento y equidad de género en América Latina.** Santiago do Chile: CEPAL, 2000.

LUCENA, M. do S. R. de; TORRES, T. de L.; SOUZA, P. C. Z. de. Revisão sistemática e metanálise qualitativa sobre trabalho doméstico remunerado e gênero. **Psicologia em Estudo,** João Pessoa, v. 29, 2024. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v29i0.56990

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, v. 2015, n.25, p. 1-26, 2015.

NEGRETO, C.; SILVA, M. A. da. Problematizando o trabalho invisível das mulheres e a divisão

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

sexual de trabalho no campo: uma parceria entre educação popular e feminismo. **Revista Brasileira de Educação do Campo,** Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1184-1201, set./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1184. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1184. Acesso em: 13 ago. 2025.

NOBRE, H. G.; LIMA, L. de O.; SOARES, A. H.; DIAS, A. P. C. O papel dos quintais agroflorestais para a segurança alimentar e geração de renda para mulheres agricultoras no Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, v. 15, n. 2, p. 1-6, 2020. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, SE, 2020.

PAULILO, M. I. S. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200002

SANTOS, A. de O.. Políticas educacionais e desigualdades sociais na Amazônia: um estudo comparativo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE,** São Paulo, v. 10, n. 7, p. 900-920, jul. 2024. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14862.

SANTOS, K. de J. P. dos; ARAÚJO, I. F.; TAVARES, F. B. Então bora construir o mutirão pra melhorar a produção: mulheres, agroecologia e território no Nordeste Paraense. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 7, p. 41629-41659, jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n7-376. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6981/9365 Acesso em: 11 ago 2025.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.12, n.1, p. 201-220, 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro; revisão de Tomaz Tadeu da Silva.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, S. S. da; CRUZ, B.; CARVALHO, V. Cadernetas agroecológicas: experiência do Fundo Dema em quintais produtivos do Baixo Amazonas e Nordeste Paraense em defesa dos bens comuns. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-6, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, 2024.

SISTEMA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS-SIASTER. **Relatório amplo de Execução por produtor.** 2014.

SOUSA, G. M. B.; LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P.; JOTA, T. A. F.; SILVA, D. F. L. A extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar: a atuação do IPA junto à Associação Municipal Mulher Flor do Campo. **Extensão Rural**, v.23, n.2, p. 46–59, 2016.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SOUZA, D. N. de. Os mercados institucionais e suas possibilidades para combate à pobreza rural e inclusão produtiva. COLÓQUIO – **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 18, n. 2, abr./jun. 2021.

SPANEVELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; CHRISTOFARI, L. F.; LAGO, A.; ANDREATTA, T.; BOTENE, T. S. O trabalho feminino no espaço rural. **Estudo & Debate em Gestão e Planejamento**, Lajeado, v. 29, n. 1, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v29i1a2022.2921.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682016000200018&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 03 ago. 2026. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018.

SRABONI, E.; MALAPIT, H.J.; QUISUMBING, A. R.; AHMED, A. U. Women's Empowerment in Agriculture: What Role for Food Security in Bangladesh? **World Development**, v. 61, p. 11-52. 2014.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.